

## Valorização Profissional na Área Tecnológica de um País Soberano

Henrique Ludovice e Marcos Túlio de Melo<sup>1</sup>

### Introdução

O tema Valorização Profissional, tratado sob variados contextos neste texto, está permanentemente inserido nas prioridades de Instituições e Entidades. Assume caráter preponderante nos Sindicatos de Engenheiros filiados à FISENGE, assim como de suas respectivas bases.

Visando subsidiar análises e debates a serem realizados no âmbito do 14º CONSENGE, intenta-se discorrer sobre determinados aspectos deste conteúdo, identificados por relevância, sem a pretensão de esgotar o universo de alternativas que envolve o referido objeto.

Registre-se que este temário viabiliza o estudo e concepção de linhas de trabalho a serem implementadas pela FISENGE nos diversos campos vinculados aos parâmetros do exercício profissional ou representação sindical. Em adição, amplia a margem para que se avalie as dimensões constantes da formação nas Universidades ou que envolvam a atualização da Política Tecnológica do País.

Esta matéria propicia, ainda, a elaboração de proposições estruturadas que elevem e qualifiquem, ainda mais, os debates nas instâncias do 14º Consenge. E, por consequência, as intervenções da Federação nos diversos temas afetos às Profissões que orgulhosamente representa nos Estados e na União.

Necessário se impõe adendar que tais manifestações objetivam assegurar o protagonismo da Área Tecnológica nos embates, cada vez mais frequentes no âmago da sociedade brasileira, em defesa de um Projeto de Desenvolvimento Democrático e Soberano que contemple o Crescimento Econômico interligado à implantação da Justiça Social no Brasil.

Haja vista os atuais ambientes nacional e internacional, faz-se essencial destacar, de plano, que, neste ano eleitoral de 2026, os Engenheiros, os Agrônomos e os Geocientistas, a exemplo do Povo que habita e trabalha por esta Nação, enfrentam, uma vez mais, o dilema de deliberar a respeito

dos Projetos de Futuro do País, em eleições devidamente convocadas pelos Tribunal Superior Eleitoral, respeitado órgão máximo desta natureza no Brasil.

Em disputa, dois Projetos, com possíveis nuances: um Projeto de Estado que incorpora valores inegociáveis de Democracia, Igualdade, Direitos, Desenvolvimento Social e Econômico, Bem-estar Social e Soberania; outro que apresenta como seu principal norteador a dependência e vinculação a interesses externos. Além da introdução de uma radicalização social com ênfase em discursos de ódio e no desmonte das estruturas públicas construídas ao longo de décadas.

Sem olvidar que este segundo reforça uma predileção pela economia financeira que nada produz. Tampouco gera Empreendimentos, Obras Estruturantes, Máquinas e Equipamentos, Usinas e Portos, Edificações e Aeroportos, Meios de Transporte em todos os Modais, Urbanização e Saneamento, Escolas e Hospitais, Fábricas e Indústrias, Postos de Trabalho ou Avanços para o conjunto da Sociedade. Restringe-se a beneficiar muito poucos. Em escalas estratosféricas.

Acrescente-se que nesta proposta, nefasta a pactos com a plena Cidadania, ~~provoca-se~~ vítimas desde o início de sua implantação. As primeiras são os membros das Populações mais vulneráveis com cortes profundos de Direitos e Expectativas. Em fase concomitante, atingem igualmente as Instituições e Empresas Estratégicas para o domínio do Conhecimento Tecnológico, comprometendo as perspectivas da Pátria.

Comentado [PJ1]: Melhorar?

Neste contexto, ressalte-se que as Áreas que transformam Ciência em Processos Produtivos e Resultados, como a Engenharia, são constrangidas por esses modelos que preferem, em geral, importar a estabelecer cadeias de produção, com domínio intelectual, sediadas no Brasil. E submetidas a exigências de um Estado nacional sintonizado com seus conterrâneos. Idem, com a segurança e os horizontes do País.

Portanto, a Política Institucional vencedora do próximo pleito impactará na evolução da Engenharia Brasileira.

Ousa-se acrescentar que a Valorização da Engenharia Nacional dependerá da opção que vier a ser eleita. Pois, sabe-se que a Engenharia se vincula a Investimentos Produtivos e Projetos de Desenvolvimento. Públicos e privados. Nas mais diversas plataformas do quase infinito espectro em que atuam essas áreas. Em qualquer país do planeta.

O Clube de Engenharia do Brasil, sediado no Estado do Rio de Janeiro, fundado em 1880, cunhou a máxima que enfatiza: “Não há desenvolvimento sem Engenharia e não há Engenharia sem desenvolvimento”. A história demonstra que projetos ajustados com a economia rentista, liberalismo econômico e dependência externa concentram renda e riqueza e são, por natureza, excludentes. Via de regra, transferem vultosos recursos para matrizes localizadas no exterior, enfraquecendo continuamente a capacidade de investimento do Estado em Infraestrutura, Saúde, Educação, Segurança, Ciência e Tecnologia.

Agregue-se que, em certos sentidos, reduzem a competitividade do País no comércio internacional de tecnologias de ponta e serviços especializados, contribuindo para o enfraquecimento e desvalorização da Engenharia e indústria locais. Neste diapasão, danificam as perspectivas do tecido social em que estariam, em tese, integrados.

O sucesso das Organizações da Área Tecnológica em ações de Valorização e Defesa da Engenharia passa por instituir responsabilidades. Dentre elas, a de exercer um maior protagonismo nos assuntos inerentes à coordenação social e política do País, defendendo um Estado que planeje e implemente um ideal desenvolvimentista que assevere oportunidades e elevação da qualidade de vida. Extensivas aos inúmeros segmentos que compõem a Nação.

Este Projeto Nacional vem sendo gestado no Brasil desde outros períodos históricos, sob a condução dos Governos Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e João Goulart. Neste século XXI, pelos Governos Lula e Dilma.

Os Governos mencionados buscaram construir um Desenvolvimento Brasileiro idealizado a partir do Estado. Com a atração de investidores internos e externos. Respeitando contratos. Mas, sem deixar de colocar sobre as planilhas de negociações o respeito aos arcabouços constitucionais e legais que incluem os interesses do Brasil e o cumprimento dos direitos trabalhistas e sociais lavrados no País.

Conforme já explicitado, esta proposta de Brasil se contrapõe a outras, relacionadas a interesses exógenos, que se digladiam para reduzir a capacidade do Estado brasileiro em construir um Projeto de Nação que alcance patamares evolutivos compatíveis com as exigências do Século XXI. Principalmente, quando esta explicita uma ação transversal, que atenda ao Povo Brasileiro.

Por mais paradoxal que pareça, existem no Brasil, desde os tempos coloniais, segmentos que combatem esta visão de País. Preferem adotar olhares com vieses colonizadores. Em determinadas

passagens, incorporam papéis de artífices das entregas das riquezas e das perspectivas do seu povo em benefício de exploradores monetizados. Em outras ocasiões, adotam posturas de representantes desses últimos, embora ajam como se empreendedores fossem.

Rejeitam, potencialmente, quaisquer controles estatais porque estes defendem o Brasil em detrimento de vantagens ou proveitos de matrizes detentoras de comandos no exterior. Combatem Instituições Públicas Estratégicas com o objetivo de privilegiar o particular em detrimento do coletivo.

Esforçam-se para destruir sonhos que remetam à construção de uma Nação desenvolvida, inclusiva e justa, sob a coordenação das Áreas Política e Tecnológica. Ou da edificação de um país destemido, pujante e referencial com influências na América Latina e no Mundo.

Impressiona perceber que tais setores se posicionam a favor do desmonte das Universidades Públicas pois essas emulam o livre pensar como dizia Millôr Fernandes.

Em passado não tão distante, reduziram apoios e permitiram a desnacionalização da indústria brasileira. Destruíram grandes empresas da Construção Civil que atuavam em dezenas de Países.

Enfraqueceram a Engenharia Consultiva e deixaram de financiar estruturas nevrálgicas para a geração de Conhecimento, Ciência, Tecnologia e Inovação. Sempre com o intuito de reduzir a competitividade tecnológica brasileira. Exatamente quando esta se mostrava proprietária de capacidades que ensejavam disputas nos cenários universais.

Desde a aprovação da Constituição Cidadã em 1988, esforçam-se para restringir direitos trabalhistas e sociais conquistados historicamente. Mais recentemente, postaram-se em continência para bandeira estrangeira e apoiaram taxas escorchantes contra o Brasil.

Enquanto escrevemos este Artigo alguns se empenham em anunciar a cessão de minerais estratégicos demandados por empresas de alta tecnologia de outras nações. Sem quaisquer avaliações de contrapartidas ou negociações que resultem em plantas, negócios ou indústrias, referentes a essas preciosidades, instaladas no Brasil. Sem sequer aventar a colocação de empresas de capital nacional em vista para absorver e disseminar novos conhecimentos, estruturando empreendimentos no Brasil.

Ressalte-se que foi o comportamento altivo do governo e da diplomacia em defesa de um Brasil para os brasileiros, que impediram a concretização desses disparates e punições ao País. Em

acrécimo, o aludido posicionamento tem sido exemplo para um crescente número de líderes mundiais. Iniciativas e movimentos semelhantes se alastraram em vários continentes, enfrentando as características de vertentes imperialistas hoje existentes. Em respaldo de projetos nacionais soberanos.

As promessas de entregas das riquezas, sem contrapartidas, remetem a ciclos de tristes memórias do período colonial (madeira, borracha, ouro e outros) que prejudicam o destino das próximas gerações. Acoradas na absoluta ausência de uma pauta de negociações, abala a dignidade do País. Em palavras mais contundentes, sequestra as perspectivas de futuro da Nação.

Isto posto, deriva inaceitável conceber que parte da nacionalidade brasileira, a despeito das distintas posições políticas ou religiosas, concorde com tais cogitações. Mormente, porque provenientes de grupos sociais sintonizados com pautas vinculadas ao exterior, sem significativos proveitos ou resultantes para o Brasil.

~~Registre-se, no entanto, que estão ganhando força e tração na Engenharia brasileira,~~ articulações em Instituições, Movimentos, Canais e Blogs na Internet. Ou em Plataformas voltadas para a Valorização Profissional, Democracia e Soberania. Objetivando, com certeza, resgatar o protagonismo da Engenharia, Engenheiros e Engenheiras no cenário nacional.

**Comentado [PJ2]:** Seria o caso de inserir algum subtítulo aqui?

Como exemplos, pode-se indicar o Movimento SOS BRASIL SOBERANO lançado em 2017 pelo Sindicato dos Engenheiros do Estado do Rio de Janeiro ou o Canal Arte Agora, criado em Pernambuco no ano de 2020. Em acréscimo, o surgimento da EngD – Engenharia pela Democracia em 2021 e as ações históricas Clube de Engenharia do Brasil. Os temários desenvolvidos pela FISENGE nos 12º e 13º CONSENGE de 2021 e 2023 encontram-se neste contexto, Assim como eventos realizados por Entidades Congêneres como a FNE.

Com o propósito de realçar a potencialidade desses fatos, recorde-se que nos dias 02 e 03 de junho de 2025, na Sede do Clube de Engenharia do Brasil, situado na Cidade do Rio de Janeiro, foi oficialmente lançado o Fórum da Engenharia Nacional com a participação ativa de Lideranças, Entidades Profissionais Associativas e Sindicais, Entidades Empresariais e Instituições de Ensino das Áreas de Engenharia, Arquitetura, Agronomia e Geociências.

O celebrado Fórum contou com o engajamento de renomados Pesquisadores em Ciência e Tecnologia acrescidas de representações Estudantis, Sociais e de Órgãos Públicos. Todos

indubitavelmente embricados no combate a favor da Democracia em suas dimensões Cultural, Política, Econômica e Socioambiental. E, ainda, pelo Desenvolvimento Sustentável e Inclusivo.

Os focos na Defesa da Soberania, Valorização da Engenharia, assim como da efetivação de um modelo de Bem-Estar Social com amplos direitos no Brasil, tangenciou o conjunto das exteriorizações unindo diferentes grupos e tendências da Área Tecnológica do País.

Enfatize-se que a EngD – Engenharia pela Democracia, a FISENGE com seus Sindicatos filiados, o Clube de Engenharia do Brasil, a ABEA-Associação Brasileira de Engenheiras e Arquitetas e a FNE, fortalecidas pelos apoios da MÚTUA e da FINEP, evidenciaram notáveis compromissos com a realização desta primeira Reunião Anual. Estão consignadas, nos acervos, as proeminentes atuações das mesas, com seus mediadores, palestrantes e debatedores.

O Fórum da Engenharia Nacional se propõe a ser “uma construção estratégica, de caráter permanente, que incorpora como seu principal objetivo oferecer espaços políticos e culturais voltados para pensamentos, formulações, debates, diálogos sociais e articulações. Que, na essência, visem incrementar ações assertivas das lideranças e integrantes da Engenharia em relação aos Governos e à Sociedade”. A Plenária Final daquela reunião aprovou a Carta do Rio de Janeiro e a proposta de realização da primeira Conferência Nacional da Engenharia.

Compele salientar que no dia 1º de setembro de 2025 ocorreu, na Cidade do Rio de Janeiro, um Ato em Defesa da Soberania Nacional com participação superior a mil Lideranças Políticas oriundas de mais de uma centena de Entidades. Sob a coordenação do Clube de Engenharia do Brasil.

Em adição, durante a 80ª SOEA e o 12º CNP-Congresso Nacional de Profissionais concretizados sob a Coordenação do CONFEA, no período de 06 a 11 de outubro de 2025, na Cidade de Vitória, capital do Estado do Espírito Santo, o Fórum da Engenharia Nacional divulgou e aprovou, por unanimidade, uma emblemática proposta, de pleitear junto ao Governo Federal a realização da primeira Conferência Nacional da Engenharia, fundamentada nas razões abaixo delineadas:

”. na importância estratégica da Engenharia como base técnica essencial à organização territorial, à provisão de infraestrutura, à inovação tecnológica, à competitividade econômica e à autonomia nacional em setores estratégicos;

. na necessidade de revitalização da Engenharia Nacional frente aos desafios contemporâneos relacionados à transformação digital, à inteligência artificial, à transição energética, às mudanças climáticas, à reindustrialização;

. na relevância de promover processo amplo, democrático e participativo de escuta qualificada, diálogo social e construção coletiva de diretrizes para políticas públicas relacionadas à Engenharia, à Infraestrutura, à Inovação Produtiva e ao Desenvolvimento Sustentável;

. na necessidade de contribuir para o aprimoramento da formação, da valorização profissional e da atuação estratégica dos Engenheiros, em consonância com as demandas tecnológicas e socioambientais do século XXI.”

Destaque-se que nos dois acontecimentos as ações efetivas da EngD, FISENGE, Entidades e Lideranças do Sistema Profissional consolidaram uma defesa enfática da Democracia e de um Projeto de Nação Soberano. Além de angariar apoios e votos para que o Congresso, por unanimidade, validasse a realização da Conferência Nacional da Engenharia. Houve distribuição de materiais impressos e bonés na cor azul, com inscrições: Mais Engenharia, Mais Brasil.

Neste enquadramento narrado, constante de um mundo repleto de acirradas disputas com diferentes ordens, urge agregar. E dar suporte a um projeto de abrangência nacional que privilegie internamente aspectos positivos da evolução digital, da inteligência artificial e do poder tecnológico.

Na formulação exposta, há que se organizar limites às Mídias e *Big Techs* nos elementos econômicos, políticos e culturais, por meio da regulação. Que se exija transparência. Além da prescrição de responsabilidades aos entes privados nas possíveis rupturas das novas descobertas com as interfaces da ordenação estatal.

Observa-se que, neste sentido, surgiu em 2022 um movimento denominado “Mutirão e Conferência da Soberania”. O intento do movimento é viabilizar que Organizações Sociais e Mídias Alternativas, interajam com Lideranças das Engenharias, Agronomia e Geociências e se aprofundem sobre Cibernética, Rotas Tecnológicas, Infraestrutura, Armazenamento de Dados, Hardwares e Softwares Livres. Enfim, os Desafios Estratégicos para a Soberania Digital.

Em uma conjuntura onde se reconhecem os Rumos a serem trilhados para a edificação de um País para Todos, torna-se imprescindível avaliar possíveis panoramas, com suas incertezas e

convicções. Sem jamais relegar a patamares inferiores as esperanças no fortalecimento de uma Cidadania que transcenda fronteiras e alcance dimensões planetárias.

Considerando as circunstâncias abrangentes e desafiadoras, conclamamos os Congressistas a se aprofundarem sobre teses e propostas que se dispõem a prospectar e antever cenários. Sempre com o intento de implantar ideias e concepções necessárias para o planejamento e atuação da FISENGE e da Engenharia Brasileira nos complexos quadros nacional, continental e mundial em que nos encontramos integrados.

“Inútil o conhecimento que não nos leva a uma ação no mundo real” (frase atribuída a Albert Einstein).

### **Valorização Profissional**

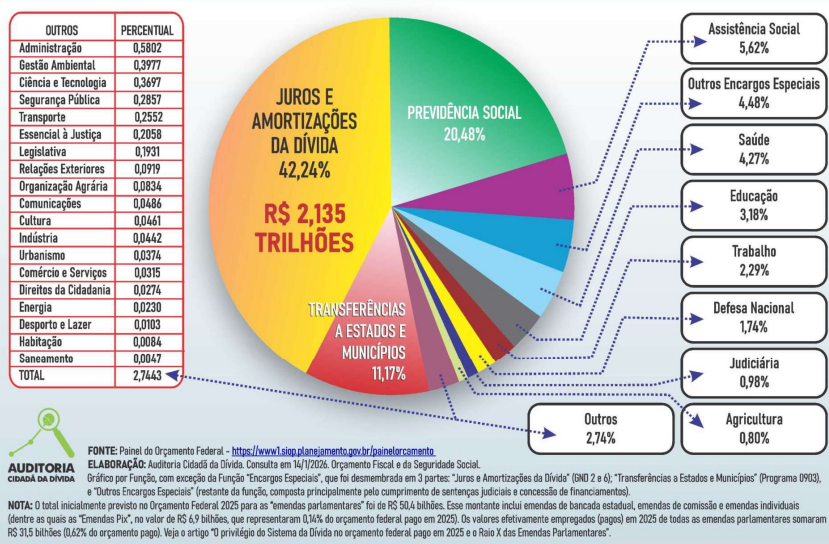
Conforme reforçado na introdução deste texto, a atuação dos Engenheiros e Engenheiras como empreendedores, profissionais liberais ou suas empregabilidades profissionais, assim como a Valorização dessas Áreas Tecnológicas, se relacionam fortemente com Projetos de Desenvolvimentos Locais, Regionais e Nacionais que envolvem financiamentos públicos, privados ou mistos para suas viabilizações.

**Comentado [PJ3]:** Sugiro substituir por assalariados

Esta verdade fática requer que o Brasil equacione a supere, em prazo compatível com a urgência requerida, as limitações ao crescimento da sua economia impostas pelos altos juros praticados na economia.

As circunstâncias presentes restringem as capacidades de endividamento, financiamento e crescimento das empresas do ramo industrial produtivo, drenando mais de um trilhão de reais anuais do orçamento federal para pagamento de juros da dívida (sem abordar as amortizações). Em paralelo, engessam orçamentos, engrandecem dívidas estaduais e municipais, reduzindo investimentos em infraestrutura, ciência, tecnologia, educação, saúde, segurança e direitos sociais.

## Orçamento Federal Executado (pago) em 2025 = R\$ 5,054 TRILHÕES



As campanhas direcionadas à realização de auditorias nas dívidas estatais e pela redução dos juros devem ser apoiadas pela FISENGE, Organizações Empresariais, Profissionais da Engenharia e por toda Sociedade. Percebe-se, no cotidiano, a inexistência de lideranças de prestígio que reprisem a veemente aderência a esta bandeira, outrora externada de modo quase cotidiano, pelo falecido Vice-presidente José Alencar.

Desnecessário relatar que juros escorchantes, como os praticados no Brasil, beneficiam banqueiros e rentistas. Adende-se, que são algozes de empresas, do desenvolvimento e da Valorização Profissional, prejudicando a evolução social almejada por cidadãos e cidadãs deste País.

A taxa de juros na estratosfera é inimiga do desenvolvimento econômico e social. Representa a vilã nos roteiros que perpassam por empreendedorismo, novos negócios, empregabilidade e Valorização Profissional da engenharia brasileira.

Observa-se no gráfico abaixo o comprometimento com o endividamento e juros pagos por países desenvolvidos e emergentes comparados a seus PIBs (dados de 2021).

## Preço da dívida

Brasil lidera em pagamento de juros entre grandes economias

● Emergentes ● Desenvolvidos

País	Dívida, em % PIB	Pagamento de juros, em % do PIB
● Brasil	84,6	5,96
● México	53	5,83
● Índia	82,7	5,26
● África Do Sul	73,9	4,96
● Itália	137,2	3,61
● Estados Unidos	122,1	3,01
● Reino Unido	101	2,46
● Argentina	154,5	2,39
● Hong Kong	6,4	2,34
● Indonésia	39,9	2,1
● Espanha	107,4	1,87
● Turquia	28,8	1,84
● França	110,6	1,68
● Austrália	49,3	1,15
● China	83,6	0,94
● Alemanha	64,2	0,69
● Holanda	47,1	0,58
● Canadá	107,1	0,5
● Rússia	19,6	0,25
● Coreia do Sul	55,1	0,15
● Japão	252,3	0,12
● Suíça	38,3	0,11
● Arábia Saudita	26,2	0,03

Fonte: Relatório do FSB para o G20/BIS, FMI, JP Morgan, cálculos do FSB

Em 2025 o endividamento bruto federal representou 78,7% do PIB brasileiro. Os juros pagos, aproximadamente 8% do PIB.

A título de análise, caso a remuneração da dívida brasileira houvesse pago a metade da taxa de juros de 2025, poderia ter ocorrido uma injeção superior a R\$ 500 bilhões em novos investimentos em Infraestrutura, Ciência e Tecnologia, Energia, Transporte, Habitação, Saneamento, Defesa Nacional, Saúde, Educação e Cultura, dentre outras aplicações, que poderiam ter ocasionado novos Empreendimentos, Empregos, Desenvolvimento e Valorização da Engenharia.

## **Valorização Profissional na Legislação**

Além das ações que afetam de forma direta a Valorização Profissional, constantes de Políticas e Projetos gerais de Desenvolvimento, deve-se atentar para a relevância do combate aos Juros Elevados e Processos de Negociação Coletiva. Agregue-se a este conjunto, a defesa do tema em Projetos de Lei e Emendas Constitucionais que tramitam nos Legislativos Municipais, Estaduais e Nacional.

Os Projetos de Lei Municipais que tratam de Planos Diretores, Códigos de Obras, Aprovação de Projetos, Códigos de Postura, Meio Ambiente, Saneamento, Mobilidade, Manutenção de Edificações e Mecânicas, Extensão Rural, Responsabilidade Técnica e outros, interagem e tem forte impacto em atividades profissionais da Engenharia e Agronomia.

Urge, portanto, que mereçam permanente acompanhamento das Organizações Profissionais visando a Defesa da Sociedade. Com a inclusão nessas Legislações da necessidade de participação ativa dos Profissionais habilitados na execução de Projetos, Obras e Serviços. Almejando assegurar qualidade e segurança aos Empreendimentos.

Defender que Cargos Técnicos da Administração sejam ocupados por Profissionais habilitados representa Valorização Profissional e precisa ser incorporada, cada vez mais, no planejamento das ações de fiscalização dos CREAs.

A interação de Sindicatos e Associações Profissionais com os Executivos e Legislativos Municipais nas discussões sobre os Modelos de Planejamento mais apropriado para as Cidades, valorizam, propiciam trabalhos e reconhecimento social para a Engenharia.

Há que se estruturar bases para a instituição no País de um Programa “Mais Engenharia”, semelhante ao programa “Mais Médicos” que almeje oferecer Políticas de Engenharia, Agronomia e Arquitetura Públicas para todos os Municípios. Principalmente, para aqueles que ostentam IDHs mais baixos e comunidades mais carentes. Uma iniciativa governamental desta magnitude alavancaria perspectivas e reduziria os desequilíbrios entre Regiões, assim como entre Capitais e demais Cidades.

As Organizações Profissionais precisam incorporar no escopo de suas tarefas, o incentivo e a qualificação dos Profissionais para ocuparem representações da Engenharia e Agronomia nos diversos Conselhos e Comissões que versam sobre Desenvolvimentos Regional e Municipal. A

exemplo de Conselhos Urbanos, de Habitação, de Saneamento, de Mobilidade, de Meio Ambiente, Comitês de Bacias Hidrográficas e outros.

As participações nessas estruturas coletivas, com a correspondente disponibilização de conhecimentos técnicos, contribuem para a implementação de Políticas Públicas de Desenvolvimento Regional e Local mais concernentes com os potenciais disponíveis e conduzem ao reconhecimento Profissional.

Da mesma forma, a participação das Organizações Profissionais e Sindicatos nos debates que acontecem nas Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadores, envolvendo assuntos relacionados às Profissões da Área Tecnológica, qualificam as decisões dos Poderes Legislativos e impactam na Valorização Profissional.

### **Agenda Parlamentar**

O CONFEA lançou em 18 de março a Agenda Parlamentar Prioritária para 2026, mantendo o acompanhamento de 436 proposições em tramitação no Congresso Nacional, sendo 359 na Câmara dos Deputados e 77 no Senado Federal. (Esta pode ser acessada no site [www.confex.org.br](http://www.confex.org.br)).

Elenca-se, neste documento, os PLs que exigem maior atenção, acompanhamentos e articulações dos Sindicatos e da FISENGE e que incidem fortemente na Valorização Profissional.

\*PL 1024/2020 (altera a Lei 5.194/66). O PL1024/2020 altera a Lei 5.194/66, que regula as profissões de Engenheiro e Engenheiro Agrônomo. Foi originalmente encaminhado ao Congresso pelo ex-ministro Paulo Guedes com o objetivo de “tornar mais célere o processo do registro dos profissionais e empresas estrangeiros”. Na prática propunha a abertura do mercado interno brasileiro de Engenharia e Agronomia à participação de profissionais e empresas estrangeiras, sem a exigência de uma contrapartida explícita de reciprocidade. Por outro lado, atendia a uma demanda histórica das Organizações Profissionais para a federalização do plenário do CONFEA.

Tramitou por 3 comissões na Câmara dos Deputados (CTRAB, CFT e CCJC), onde foram aprovados os pareceres dos relatores com alterações significativas ao projeto original. Em 25/03/2026 foi designado como relator na CCJC o Dep. Fed. Cleber Verde (MDB-MA). Aprovada a redação final na CCJC o projeto será encaminhado ao Senado.

Artigo publicado no canal 247 por Francis Bogossian e Ricardo Latgê, com o título “Nova Realidade Mundial exige modernizar a Lei da Engenharia”, traz reflexões sobre este projeto de lei. A FISENGE e seus Sindicatos deverão envidar esforços adicionais com o intuito de aprimorar o texto no Senado Federal, objetivando:

- Alterar o artigo 34 para determinar a eleição direta dos Inspectores e incluir atribuições para que os CREAs apoiem ações institucionais que visem garantir às populações carentes, bem como às comunidades em estado de emergência ou calamidade pública, o acesso aos serviços prestados pelos Profissionais nele registrados;

- Alterar o art. 36, para destinar 15% das receitas líquidas de ARTs arrecadadas pelos CREAs, para as Entidades e Sindicatos registrados em apoio aos processos de Fiscalização, Atualização e Valorização profissional (este tema é tratado também no Projeto de Lei 617/2019);

- Alterar o artigo 82 para estabelecer que as remunerações iniciais dos Engenheiros e Agrônomos, quaisquer que sejam as fontes pagadoras, deverão ser corrigidas anualmente pelo índice oficial do INPC ou outro índice que vier a substituí-lo. Decisão do STF de 2022 declarou inconstitucional a utilização do Salário Mínimo Profissional como fator de indexação de reajustes automáticos, preservando-se apenas o valor nominal então vigente (este tema é também tratado na emenda da Dep. Fed. Marussa Boldrin à Emenda Constitucional 1334/2026 abaixo relacionada);

\*PL 626/2020 (Engenheiro sim, Analista não). Este Projeto de Lei dispõe sobre a regulamentação da atribuição de títulos profissionais, atividades, competências e caracterização no âmbito das atuações dos Profissionais inseridos no sistema CONFEA/CREA, para efeito de fiscalização do exercício profissional. É de autoria do Dep. Fed. Rogério Correa do PT de Minas Gerais em articulação com a FISENGE. Foi aprovado na CASP - Comissão de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados, em 24 de fevereiro de 2026, o parecer e voto do Dep. Fed. Reimont do PT do Rio de Janeiro favorável ao PL, com alterações para incluir também os Químicos e o sistema CFQ/CRQs. Aguarda análise e parecer da CCJC (Comissão de Constituição e de Cidadania da Câmara dos Deputados), onde foi recebido em 27/03/2026.

\*PL 3118/2023 (Carreira de Estado). O PL 3118/2023 é de autoria da Dep. Fed. Laura Carneiro, do PSD do Rio de Janeiro, e caracteriza como essenciais e exclusivas de Estado as atividades exercidas por Engenheiros, Arquitetos e Engenheiros Agrônomos, quando ocupantes de cargo efetivo no serviço público federal, estadual e municipal. Está na CASP - Comissão de

Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados com parecer e voto pela aprovação do citado projeto desde 10 de novembro de 2025. Relatora, Dep. Fed. Erika Kokay do PT do DF.

\*Medida Provisória 1334/2026 (emenda para atualização do Índice de correção do Salário Mínimo Profissional da Engenharia). A Medida Provisória 1334/2026, de 21 de janeiro de 2026, fixa o piso salarial nacional dos profissionais do magistério público da educação básica. A ela foi apresentada pela Dep. Fed. Marussa Boldrin do MDB de Goiás, uma emenda para atualizar o Salário Mínimo Profissional da Engenharia que deverá alcançar R\$ 9.726,00 para seis horas de trabalho diário. Para Profissionais com formação acadêmica superior a 4 anos, acréscimo de até 25% às horas excedentes às seis horas de serviço e correção anual pelo INPC.

### **Articulação Institucional**

O CONFEA e os CREAs são Autarquias Públicas Especiais criadas via Decreto nº 23.569, de 11 de dezembro de 1933 (legislação alterada pela Lei Federal 5.194/66), responsáveis pela verificação, fiscalização e aperfeiçoamento do exercício e das atividades das áreas profissionais das Engenharias, Agronomia e Geociências, e não são organizações de representação profissional. O CONFEA define as atribuições profissionais, regulamenta normas e decretos. Os CREAs fiscalizam os Profissionais e Empresas no exercício de suas atribuições, em defesa da sociedade.

A representação e defesa do Profissional é atribuição de Entidades e Sindicatos. A interação e articulação institucional entre a FISENGE e os Sindicatos com o Sistema CONFEA/CREA deve fortalecer a exigência de cumprimento do Salário Mínimo Profissional, além de fiscalizar o exercício das atividades profissionais. Em complemento, precisa viabilizar ações de Valorização Profissional que contemplem o protagonismo e reconhecimento social da Engenharia e Agronomia.

A FISENGE e seus Sindicatos deverão planejar reuniões periódicas entre suas Diretorias e os Conselheiros eleitos, no âmbito dos Sindicatos, para os Plenários e Câmaras Especializadas dos CREAs. Com o propósito de propiciar debates internos que possibilitem ações coletivas em defesa da Ética, da Fiscalização do Salário Mínimo Profissional, da Valorização das Profissões e de pautas de interesse do Sindicatos e da Federação.

### **A Mútua**

A MÚTUA é uma sociedade civil sem fins lucrativos criada pelo CONFEA pela Resolução nº 252, de 17 de dezembro de 1977 (conforme autorização legal contida no art. 4º da Lei 6496 de 07 de dezembro de 1977) para apoio ao aprimoramento das carreiras. Oferece planos de saúde, benefícios sociais, previdenciários e assistenciais para os profissionais nela filiados, através das Caixas de Assistência Estaduais e de acordo com sua disponibilidade financeira.

O Congresso deve aprovar o estabelecimento de parcerias entre a Fisenge e os Sindicatos com as Caixas de Assistência nos Estados e com a MÚTUA em nível nacional. Com o intuito de gerar ou ampliar atividades de apoio aos Profissionais. **Inclusive, assistenciais, disponibilizadas para os seus associados.**

**Comentado [PJ4]:** Que tal: "Inclusive apoio de natureza assistencial disponibilizado para seus associados. "?

### **Fórum da Engenharia Nacional**

O Fórum da Engenharia Nacional foi lançado na sua primeira Reunião Anual realizada nos dias 02 e 03 de junho de 2025, no Clube de Engenharia do Brasil, no Rio de Janeiro. É uma construção e articulação estratégica de caráter permanente.

Assumi como objetivo ser um espaço político e cultural de pensamento, formulação, debates, diálogo social e articulação para incrementar ações mais assertivas das lideranças e integrantes da Engenharia, Arquitetura, Agronomia e Geociências junto aos Governos e à Sociedade.

O mencionado Fórum reúne Organizações, Profissionais, Pesquisadores e Empresas que atuam e interagem nos campos da Engenharia, Arquitetura, Agronomia, Geociências e áreas relacionadas, em prol do Desenvolvimento Nacional Inclusivo e Soberano.

A FISENGE e seus Sindicatos devem participar dos Fóruns Regionais que estão sendo criados e do Fórum da Engenharia Nacional, se integrando de forma ativa na organização, consolidação e ampliação destes Fóruns, bem como na realização da Conferência Nacional da Engenharia.

### **Propostas de Ação**

1. Defesa da Soberania Nacional e das funções do Estado. Defender a valorização profissional é defender a soberania nacional, a engenharia nacional, o papel do Estado no desenvolvimento econômico e social e a democracia, com forte oposição à privatização de setores estratégicos e ao

autoritarismo, priorizando o controle estatal e a reversão de privatizações e demissões de profissionais concursados já realizadas. A FISENGE deve trabalhar para colocar também o Sistema CONFEA/CREA e MÚTUA como protagonista em um projeto de desenvolvimento soberano do País;

2. Valorização das Engenharias, Agronomia e Geociências. Promover o protagonismo das Engenharias, Agronomia e Geociências no desenvolvimento sustentável, democrático, inclusivo e resiliente, reconhecendo seus papéis essenciais na construção de políticas públicas e projetos nacionais;

3. Formação Profissional de Excelência. Valorizar a Engenharia é fortalecer o ensino presencial e de qualidade, limitando o ensino à distância a conveniências pedagógicas e incluindo conteúdos humanísticos, ambientais e de empreendedorismo com o objetivo de garantir adequada formação técnica, ética e inovadora dos profissionais. A FISENGE deve apoiar propostas de tornar o Sistema CONFEA/CREA parte da análise, aprovação e fiscalização de cursos de engenharia e agronomia, na graduação e pós-graduação;

4. Assistência Técnica Pública e Inclusão Social. Valorizar a Engenharia é ampliar o acesso da população aos serviços de Engenharia, Agronomia e Geociências, com subsídios para baixa renda e implementação da Lei 11.888/2008, promovendo assistência técnica gratuita em habitações de interesse social;

5. Valorização Profissional e Carreiras de Estado. Atuar pela valorização dos Profissionais é defender o cumprimento do Salário Mínimo Profissional (e articular sua fiscalização com os CREA) e viabilizar a criação de carreiras de Estado com remuneração diferenciada. Facilitar a inclusão de autônomos e profissionais afastados do mercado, com formação continuada e políticas de reinclusão;

6. Modernização e Revisão da Legislação Profissional. Atuar de forma sistemática junto ao Congresso e às instâncias governamentais e propor convocar um Congresso Nacional de Profissionais específico para debater e atualizar a Lei 5.194/66 e outras normas, modernizar o Sistema CONFEA/CREAs e fortalecer seu papel público, ético e representativo. A FISENGE deverá dispor de uma assessoria parlamentar em permanente atuação no Congresso Nacional;

7. Apoiar o fortalecimento das Entidades de Classe e Governança. Valorizar a Engenharia é também reivindicar instituir a ART Nacional, apoiar o repasse de 15% das ARTs às Entidades de Classe e Sindicatos, ampliar a representatividade federativa no Plenário do CONFEA e fiscalizar

transparência, ética e controle social nas eleições, contas e decisões do Sistema CONFEA/CREA e MÚTUA;

8. Apoiar a criação do Programa "Mais Engenharia". Disseminar Engenheiros e Agrônomos nas diferentes Regiões do Brasil e Países parceiros, com foco no planejamento urbano e regional, identificação de oportunidades de desenvolvimento, elaboração de projetos e orçamentos, captação de recursos, condução e fiscalização de obras e demais atividades, com geração de emprego, renda e melhoria da qualidade de vida das Populações nas mais diversas Localidades;

9. Defesa da Indústria e Empresas Nacionais. Valorizar a Engenharia brasileira é priorizar Empresas Nacionais na execução de estudos, projetos e obras, fomentar a indústria nacional e defender políticas de conteúdo local em infraestrutura, energia, saneamento, mobilidade e demais áreas de atuação da Engenharia e Agronomia;

10. Sustentabilidade, Resiliência Climática e Regeneração. Valorizar a Engenharia e a Agronomia é promover a agricultura regenerativa, o planejamento urbano verde, a diversificação e a ampliação energética, com foco na mitigação de impactos e adaptação climática, na restauração ambiental, no uso adequado e na democratização do acesso a recursos e potencialidades locais e regionais;

11. Fiscalização Inteligente e Desburocratização. Valorizar a Engenharia é defender o aprimoramento da fiscalização pelos CREAs, observando não somente o exercício mas também as atividades profissionais, desburocratizar processos, democratizar o acesso e promover inclusão, com revisão de procedimentos para maior eficiência e transparência;

12. Promoção da Equidade e Redução das Desigualdades. Incentivar a equidade social, regional, de gênero, étnica e racial, promovendo políticas e ações que reduzam as desigualdades e ampliem a inclusão dos profissionais em iniciativas governamentais e sociais. A FISENGE e os Sindicatos deverão ampliar o apoio à organização das Engenheiras e Agrônomas e o combate ao feminicídio e ao assédio sexual e moral nos ambientes de trabalho e na sociedade;

13. Integração Internacional e Projeção Global. Reforçar a atuação da FISENGE no cenário internacional e posicionar o Brasil como referência técnica e ética no Concerto Global das Nações.